Artigo Original

Terapia ocupacional, cotidiano e a tessitura da vida: aportes teórico-conceituais para a construção de perspectivas críticas e emancipatórias

Sandra Maria Galheigo

1Departamento de Fisioterapia, Fonoaudiologia e Terapia Ocupacional, Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, SP, Brasil.

Como citar: Galheigo, S. M. (2020). Terapia ocupacional, cotidiano e a tessitura da vida: aportes teórico-conceituais para a construção de perspectivas críticas e emancipatórias. Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional. 28(1), 5-25. https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoAO2590

Resumo

Introdução: Cotidiano surge como conceito crítico na terapia ocupacional no Brasil em 1988, entendido como construção sócio-histórica que possibilita conhecer as condições concretas de existência de sujeitos e coletivos. A partir de 1990, constitui-se como um dos eixos norteadores de práticas emancipatórias. Seu uso desde 2010 cresce na produção nacional, de modo significativo, seja como simples termo, noção, conceito ou categoria de análise.

Objetivo: Apresentar aportes teóricos para o uso do conceito de cotidiano na Terapia Ocupacional com base em uma perspectiva crítica, seja no âmbito da prática profissional ou na pesquisa.

Método: Trata-se de pesquisa teórica com base na leitura reflexiva de aportes das Ciências Humanas e Sociais, com destaque para as contribuições de Agnes Heller e Henri Lefebvre sobre o conceito.

Resultados: O artigo inicialmente realiza uma retrospectiva histórica do uso do conceito de cotidiano na Terapia Ocupacional no Brasil e clarifica a distinção do uso de palavras como termos, noções, conceitos e categorias. Apresenta e discute as bases teóricas que fundamentam as perspectivas críticas e problematiza o lugar do cotidiano e do sujeito do contemporâneo no contexto da Terapia Ocupacional. A seguir, com base em argumentos teórico-críticos, dialoga com contribuições de Agnes Heller e Henri Lefebvre, indicando seu uso do conceito de cotidiano como pilar crítico para a compreensão da realidade social.

Conclusão: Discussões teórico-conceituais são fundamentais para a elaboração de ideias, a afirmação de valores, a compreensão de contradições, a ressignificação e
Abstract

Introduction: Everyday life emerges as a critical concept in Occupational Therapy in Brazil in 1988, understood as a socio-historical construction that makes it possible to know the concrete conditions of the existence of subjects and collectives. From 1990, it becomes one of the guiding axes of emancipatory practices. Its use since 2010 has grown significantly in national production, whether as a simple term, notion, concept or category of analysis. **Objective:** To present theoretical contributions to the use of the everyday life concept in Occupational Therapy from a critical perspective, either within the scope of professional practice or research. **Method:** This is theoretical research based on the reflective reading of contributions from the Human and Social Sciences, highlighting the contributions of Agnes Heller and Henri Lefebvre. **Results:** The article initially presents a historical retrospective of the use of the everyday life concept in Occupational Therapy in Brazil and clarifies the distinction of the use of words as terms, notions, concepts and categories. It presents and discusses the theoretical bases that underlie critical perspectives and problematizes everyday life and the contemporary subject in the context of Occupational Therapy. Next, based on theoretical-critical arguments, it dialogues with contributions from Agnes Heller and Henri Lefebvre, indicating their use of the concept of everyday life as a critical pillar for understanding social reality. **Conclusion:** Theoretical and conceptual discussions are fundamental for the elaboration of ideas, the affirmation of values, the understanding of contradictions, the resignification and renewal of professional practice and research support.

**Keywords:** Occupational Therapy/Trends, Knowledge, Activities of Daily Life.

Mãos dadas

Não serei o poeta de um mundo caduco.

 Também não cantarei o mundo futuro.

Estou preso à vida e olho meus companheiros.

Estão taciturnos, mas nutrem grandes esperanças.

Entre eles, considero a enorme realidade.

O presente é tão grande, não nos afastemos.

Não nos afastemos muito, vamos de mãos dadas.

Não serei o cantor de uma mulher, de uma história,

não direi os suspiros ao anoitecer, da paisagem vista da janela,
não distribuirei entorpecentes ou cartas de suicida,
 não fugirei para as ilhas nem serei raptado por serafins.
O tempo é a minha matêria, do tempo presente, os homens presentes,
a vida presente (Andrade, 2012).

1 Primeiras Palavras

*Cotidiano* é um vocáculo da língua portuguesa que significa o que é costumeiro, mundano; aquilo que acontece todo o dia, é a *vida presente, de homens e mulheres presentes*. É originário do latim *cotidianus* e existe no espanhol sob a mesma grafia do português, e em francês como *quotidiene*. Não havendo equivalente em inglês, cotidiano tem sido traduzido com *everyday life*, tal como na obra de Agnes Heller (1987) e Henri Lefebvre (2014).

A pesar de significar dia a dia, há uma intensidade especial na palavra *cotidiano* que faz dela inspiração para poetas, músicos, escritores e estudiosos. Há aqueles que a usam para falar da repetição própria de todos os dias, de uma vida que perde o sentido, de uma vida sem poesia, ao cantarem:

*Todo dia ela faz tudo sempre igual*

*Me sacode às seis horas da manhã*

*Me sorri um sorriso pontual*

*E me beija com a boca de hortelã* (Holanda, 1971).

Há também poetas que, mesmo sem empregarem o termo, buscam, na simplicidade e banalidade das marcas do cotidiano, as metáforas da vida:

*Nunca me esquecerei que no meio do caminho*

*tinha uma pedra*

*tinha uma pedra no meio do caminho*

*no meio do caminho tinha uma pedra* (Andrade, 2013).

Embora não sendo o escopo deste artigo mapear a vasta literatura acadêmica sobre o assunto, é importante ainda destacar que o cotidiano tem sido tema de interesse de estudiosos de diversas áreas do conhecimento, que buscam conhecê-lo em cenários distintos, como escolas (Carvalho, 2009), penitenciárias (Castro, 1991) ou enfermarias de hospital (Simonato & Mitre, 2017). Ainda, para citar alguns, há estudos que procuram por meio da narrativa conhecer a vida cotidiana das pessoas, sejam aquelas com deficiência (Almeida, 1993), motoristas de ônibus e seus sofrimentos (Sato, 1995), ou bebês em creche (Coutinho, 2017).

Os estudos sobre o cotidiano se deslocam das grandes retóricas históricas para deter seu olhar no simples e comum da vida de homens e mulheres. Seus pesquisadores entendem que as cenas do dia a dia servem de testemunho de um espaço-tempo moldado pela cultura, pelas histórias de vida e pelas relações sociais. Por meio do
cotidiano é possível acessar a experiência, o real, o imaginário, a memória, os sonhos, os sentimentos, as necessidades e os afetos. A leitura do cotidiano permite ainda conhecer os modos de pensar, agir e sentir de sujeitos e coletivos; as representações que fazem suas experiências em meio à ideologia hegemônica que cria instituídos e resulta na instrumentalização da vida diária. Cotidiano, portanto, é experiência e saber.

Assim, os produtores de arte e de conhecimento, ao se debruçarem sobre o cotidiano, revelam a tessitura da vida: apresentam as camadas duras da repetição e do sofrimento no dia a dia; mostram a delicadeza dos afetos e o encantamento de pequenos gestos e fazeres; visibilizam a diferença, a discriminação, os preconceitos e as injustiças; e oferecem testemunho das possibilidades de criação, reinvenção, cooperação e transformação de si e do mundo.

2 Cotidiano e a Emergência do Pensamento Crítico na Terapia Ocupacional no Brasil: Uma Introdução

Cotidiano ganhou destaque conceitual pela primeira vez na literatura da terapia ocupacional brasileira por Berenice Rosa Francisco (1988) ao criticar a compreensão profissional acerca das atividades da vida diária (AVDs), que tradicionalmente se restringiam aos cuidados pessoais, repetidos mecanicamente e abordados como atos físicos compartimentalizados. Questionava, assim, se o cotidiano, quando reduzido às AVDs, vistas como ação mecânica, poderia contribuir de fato para a compreensão das condições concretas de existência de sujeitos e coletivos. Desta forma, Francisco (1988) denunciava o equívoco de se naturalizar o cotidiano, igualando-o às ações biológicas humanas. Ainda, a autora criticava a visão funcionalista de mundo que subjazia a esta perspectiva e que levava a terapia ocupacional a atuar como um dispositivo de controle social com vistas a produzir ajustamento e conformidade do homem à sociedade, entendida como um todo harmônico inquestionável.

Francisco (1988) defendia que o cotidiano fosse compreendido enquanto uma construção sócio-histórica que manifesta a concretude da vida em suas múltiplas manifestações. A autora distinguia, portanto, cotidiano de rotina e o associava à prática humana transformadora. Estavam lançadas, neste momento, mesmo que inadvertidamente para alguns, as sementes da compreensão do cotidiano como um conceito-chave para o desenvolvimento de perspectivas críticas na terapia ocupacional no Brasil.

A terapia ocupacional brasileira continuou, em suas produções acadêmicas, a criticar o uso dos conceitos de atividade e cotidiano enquanto recursos mecanicistas de cura sob os pressupostos de uma ciência exata para buscar novos significados com base no diálogo com as Humanidades. Três argumentos que contribuíram para esse deslocamento conceitual merecem ser destacados. Primeiro, a crítica produzida, por Nascimento (1990), acerca da mitificação terapêutica da atividade no contexto da atenção às pessoas institucionalizadas e o deslocamento, proposto pela autora, para a leitura do mundo da vida nos espaços em que esta acontece. Segundo, cita-se o argumento produzido por Castro et al. (2001), para a compreensão da atividade como elemento da cultura, considerando suas dimensões polissêmicas, complexas, sociais, políticas e afetivas. Este é um argumento que identificou a vida cotidiana, enquanto construção concreta da realidade, como a linha base de referência para a atuação do
terapeuta ocupacional. Terceiro, a retomada crítica do conceito de cotidiano na terapia ocupacional, visto como o centro real da práxis, no qual a repetição e a transformação se articulam dialeticamente na confluência sujeito-cotidiano-história-sociedade (Galheigo, 2003).

Em estudo acerca das tendências da produção acadêmica da terapia ocupacional no Brasil, com foco na emergência do pensamento crítico, o cotidiano aparece, após meados dos anos 1990, como um dos eixos norteadores de práticas emancipatórias nos diversos campos de atuação profissional (Galheigo et al., 2018). A produção estudada revelou práticas que valorizavam os modos de expressão e ação dos sujeitos no mundo da vida cotidiana com vistas ao autocuidado, à convivência, à sociabilidade, à organização coletiva e à participação social, dentre outros. Desde modo, o estudo constatou que, além de estudos de caráter teórico que defendiam o uso crítico da ideia de cotidiano, foram também encontradas publicações que propunham e descreviam práticas emancipatórias que abordavam as condições concretas de existência de sujeitos e coletivos vivendo condições de deficiência, sofrimento, discriminação e privação, em diferentes cenários de atenção e contextos de vida. Assim, a produção no período faz a defesa ou o relato de práticas emancipatórias e revela, como uma de suas tendências, a organização da ação profissional desde, para e com o mundo da vida cotidiana (Galheigo et al., 2018).

O conceito ou a ideia de cotidiano como termo da área, objeto/categoria de pesquisa e norteador de práticas da terapia ocupacional no Brasil continuou a aparecer na produção nacional da área com um crescimento significativo desde 2010. À guisa de exemplo, breve consulta ao Portal da Biblioteca Virtual de Saúde para os termos cotidiano e terapia ocupacional no título-resumo-descritor, realizada em março de 2019, identificou 120 produções de terapeutas ocupacionais brasileiros, sendo 21% produzidas entre 1991 e 2009 e 79% desde 2010. Dentre essas produções, destaca-se uma revisão sistemática sobre o uso do conceito de cotidiano na terapia ocupacional brasileira (Salles & Matsukura, 2013), que estudando 12 artigos identificou sua relação a quatro temas: cotidiano como uma perspectiva teórico-metodológica; o adoecimento como uma ruptura da vida cotidiana; o cotidiano de sujeitos; e cotidiano e a atenção em terapia ocupacional.

Relevante ainda mencionar que há pelo menos três décadas se identifica na produção brasileira o debate conceitual realizado por profissionais, estudantes e pesquisadores sobre a nomenclatura: (i) mais utilizada pela terapia ocupacional no Brasil; (ii) mais pertinente para expressar de modo genérico o fazer profissional e/ou (iii) mais apropriada para divulgar as ideias de determinada afiliação teórico-metodológica. Com base em diferentes enfoques e configurações, essas produções, dentre outras, debruçaram-se sobre o uso e significado dos termos atividade, ocupação, fazer, cotidiano e/ou práxis na terapia ocupacional, questionando inclusive se seriam estes termos suficientes e/ou intercambiáveis (Francisco, 1988; Machado, 1991; Toyoda & Akashi, 1995; Medeiros, 2003; Magalhães & Galheigo, 2010; Lima et al., 2013; Salles & Matsukura, 2013; Matsukura & Salles, 2016).

Estudos conceituais são importantes e necessários ao desenvolvimento dos fundamentos teórico-epistemológicos da terapia ocupacional. Entretanto, para realizá-los é importante levar em conta que os significados das palavras podem adquirir dimensões distintas se usadas como termos, noções, conceitos ou categorias. Os termos atividade,
ocupação ou cotidiano são vocábulos ordinários da língua portuguesa, utilizados livremente pelas pessoas. Terapeutas ocupacionais em suas práticas e escritos podem também usá-los apenas como palavras que remetem aos fazeres e ao dia a dia de pessoas, usuários dos serviços e cuidadores. Neste caso, não se referem “[...] nem [a] uma teoria nem [a]os elementos de um processo de conhecimento” (Escorel, 1999, p. 23).

Entretanto, caso seu uso busque ressaltar “[...] elementos de uma teoria que ainda não possuem clareza suficiente para alcançar o status de conceito e são usados como ‘imagens’ para explicações aproximadas do real” (Minayo, 2014, p. 177), esses vocábulos estariam sendo usados como noção. O uso de palavras enquanto conceitos requer um passo adiante. Segundo Minayo (2014):

Conceitos são unidades de significação que definem a forma e o conteúdo de uma teoria. Podem ser considerados como operações mentais que refletem pontos de vista verdadeiros e construídos em relação dinâmica com a realidade (sempre dentro de um quadro teórico determinado). [...] Todo conceito é historicamente construído e para se entender seu alcance ou para reformulá-los, nas ciências sociais, se preconiza que sejam analisados em sua origem e percurso de forma crítica (Minayo, 2014, p. 176-177).

Por fim, categoria são conceitos com uma finalidade classificatória, cujos significados ajudam a pensar e hierarquizar a realidade estudada. Para a produção de explicações e generalizações na pesquisa, o estudioso cria sistemas de categorias de modo a “[...] encontrar unidade na diversidade” (Minayo, 2014, p. 178). As categorias são também construções socio-históricas que são transversais à produção do conhecimento e da prática social, como classe social, idade e trabalho, por exemplo.

É com base nesta categorização de Minayo (2014) que este artigo sustenta seu objetivo de retomar e avançar o estudo anterior sobre o conceito de cotidiano de Galheigo (2003) com vistas a aprofundar os aportes teórico-conceituais para seu uso na prática profissional ou na pesquisa em terapia ocupacional, como uma categoria de análise, ambos com base em uma perspectiva crítica.

3 Método

[...] teoria que finalmente nada tem a ver com a prática, também não é teoria de coisa nenhuma, e prática que não retorna à teoria jamais se renova (Demo, 2019, p. 20).

O artigo é resultado de pesquisa teórica sobre o conceito de cotidiano nas Ciências Humanas e Sociais, com destaque para as contribuições de Agnes Heller e Henri Lefebvre. Como pesquisa teórica, teve como finalidade “[...] colocar como objeto de pesquisa a própria problemática teórica e ou conceitual em um determinado campo específico” (Vasconcelos, 2002, p. 159). Assim, possibilitou revisitinar e reconstruir ideias, conceitos e teorias com vistas, a curto e médio prazos, a aprofundar argumentos teóricos e aprimorar práticas (Demo, 2019).
O processo de elaboração da pesquisa consistiu na leitura reflexiva de textos, com base na problematização acerca de como o conceito de cotidiano poderia ser compreendido como base conceitual para uma perspectiva crítica na terapia ocupacional. O corpo teórico-argumentativo, entretanto, foi lapidado dialogicamente ao longo de seu oferecimento enquanto conteúdo da disciplina *Bases conceituais para uma terapia ocupacional crítica*, oferecida em 3 edições para o Programa de Pós-graduação em Ciências da Reabilitação da Universidade de São Paulo e em disciplinas do Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional da Universidade Federal de São Carlos.

**4 Bases Teóricas para uma Terapia Ocupacional Crítica: Problematizando o Lugar do Cotidiano e do Sujeito do Contemporâneo**

A análise crítica do que existe assenta no pressuposto de que a existência não esgota as possibilidades da existência e que, portanto, há alternativas susceptíveis de superar o que é criticável no que existe. O desconforto, o inconformismo ou a indignação perante o que existe suscita impulso para teorizar a sua superação (Santos, 2011, p. 23).

Afirmar que um pensamento e uma prática são críticos, em oposição a outros que não seriam considerados como tal, pode soar como arrogância e causar desconforto, principalmente no âmbito de uma prática profissional, como a terapia ocupacional, que diariamente tem que se confrontar com a pobreza, o sofrimento, a discriminação e a falta de acesso a direitos das pessoas, grupos e coletivos com quem trabalha. Isso sem contar com a precariedade de serviços, as condições de trabalho, os baixos salários e a escassez de programas de educação permanente a que os próprios profissionais vêm a enfrentar em seu cotidiano. Portanto, a apresentação de argumentos teóricos tem a função de servir de inspiração e colaborar com a construção de perspectivas críticas e emancipatórias de terapia ocupacional, ao invés de buscar linhas demarcatórias entre certos e errados, sob o risco de se produzir atitudes dicotômicas e discriminatórias.

Inicialmente, é importante retomar que a maioria da população brasileira – que se vê desprovida de bens sociais e sem garantia de uma vida digna, com liberdade e acesso aos direitos cívicos, sociais e políticos – vive um permanente confronto entre suas experiências de privação, sofrimento, vulnerabilidade e isolamento social e suas expectativas de uma vida melhor. Para Santos (2007), a discrepância entre as experiências e as expectativas da maioria da população mundial está invertida, já que as expectativas dos sujeitos estão perdendo seu caráter de positividade frente às suas experiências em curso. Entretanto, Santos (2007) defende que as ideias que sustentam o desejo por sociedades melhores e mais justas não estão em crise, e que a liberdade, a igualdade e a solidariedade continuam como as mais altas aspirações humanas, mesmo dadas as crises da regulação e da emancipação, vividas pelas sociedades contemporâneas. Assim, o autor faz uma provocação para que pensemos em renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social.

Outras ideias de Boaventura de Sousa Santos podem também colaborar para se pensar o que poderia ser uma teoria crítica para a terapia ocupacional. Em seu livro *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*, Santos (2011) aponta como uma instigante questão contemporânea a dificuldade de se construir uma teoria
crítica exatamente em um mundo e tempo em que há tanto por se criticar. No entanto, parte de uma ideia simples e inspiradora: “Por teoria crítica entendo toda a teoria que não reduz a ‘realidade’ ao que existe” (Santos, 2011, p. 23). Assim, ele defende a teoria crítica como um campo de possibilidades e pensa que a tarefa do pensador crítico é definir a natureza e o escopo das alternativas ao que é dado empiricamente. Assim, como diz o subtítulo de seu livro, ele se posiciona contra o desperdício da experiência do humano, produzido pelo paradigma moderno (Santos, 2011).

Sob a inspiração de seus argumentos, pode se pensar em bases teórico-conceituais para a terapia ocupacional crítica em termos de um campo de possibilidades que busca entender e desvelar alternativas de lidar com as condições concretas da vida cotidiana dos sujeitos e coletivos para quem dedica seus esforços e conhecimento. Uma atividade profissional que pensa e faz suas práticas emancipatórias para além do que existe. Cabe, assim, a nosso ver, por um lado, resgatar e problematizar o já feito desde o fim dos anos 1970 (Galheigo et al., 2018), e, por outro, construir argumentos que possam recolocar, prover e sustentar um arcabouço teórico-crítico para a terapia ocupacional. Quíca dá caminho na produção de práticas cada vez mais emancipatórias, não apenas para o Brasil como para os países do Sul. Afinal, as condições sociais, culturais e políticas típicas do processo de colonização e inserção no capitalismo global demandaram de estudiosos, formuladores de políticas e profissionais do Sul modos próprios de lidar com suas questões sociais, distintos daqueles propostos nos países do Norte (Simo Algado et al., 2016).

As perspectivas críticas na terapia ocupacional que vêm sendo construídas no Sul tiveram que fazer deslocamentos em relação à sua compreensão de sujeito e sociedade. Primeiro, tiveram que superar a concepção de indivíduo da terapia ocupacional tradicional, baseada na compreensão de que o indivíduo e a sociedade seguem as leis invariáveis da natureza. Assim, aquele que se desvia do padrão de normalidade esperado é compreendido como uma pessoa doente, portadora de disfunção ou inadaptada à sociedade, em uma perspectiva associal e a-histórica. Sob esse olhar, o problema pelo qual passa a pessoa é exclusivamente seu, enquanto cabe à ação terapêutica devolvê-la à normalidade, à sociedade ou promover ajustes para sua adaptação social (Francisco, 1988; Pinto, 1990; Galheigo, 1988, 2012).

O segundo deslocamento necessário foi o de avançar a concepção de indivíduo trazida pelo humanismo, tal como colocado por Francisco (1988) e Pinto (1990) e superar também a perspectiva da terapia centrada na pessoa ou no cliente sob inspiração da psicologia humanista norte-americana (Hagedorn, 1999). O humanismo que inspira a terapia ocupacional humanista, a que Francisco (1988) e Pinto (1990) se referem, é aquele que recolocou o homem no centro do universo, em oposição ao positivismo que o posicionava no plano da natureza. A perspectiva humanista avançou na compreensão da singularidade e da subjetividade, baseada na defesa de que “[...] não há oportunidade sem o exercício da subjetividade” (Pinto, 1990, p. 42). Assim, esta autora destaca as concepções sobre percepção e consciência em Merleau-Ponty e as ideias de intencionalidade e projeto em Sartre, como contribuições importantes para apoiar o argumento sobre a restauração da centralidade do homem no mundo (Pinto, 1990). Entretanto, Francisco (1988) e Pinto (1990) em suas obras também apontam os limites desta concepção que deixa implícita a existência de uma igualdade...
e universalidade no acesso aos bens e direitos sociais, como se o sistema econômico e político no qual o sujeito se localiza, não exercesse qualquer influência desigual a seus projetos de vida a depender de seu posicionamento no estrato social.

Na perspectiva da terapia centrada no cliente, sob inspiração da psicologia humanista, por sua vez, valida-se a capacidade do indivíduo de controlar sua própria vida e tomar decisões sobre quem ou o que quer ser (Hagedorn, 1999). Compreende-se, assim, que os processos de mudança, que podem acontecer ao longo da vida, acontecem apenas se forem ativos e significativos para o sujeito. Hagedorn (1999) sinaliza que, embora esta não seja uma perspectiva orientada pela ocupação, serviu como base para o desenvolvimento da terapia ocupacional centrada no cliente, para a qual a autoestima, a autorrealização e o significado são os eixos para a compreensão das necessidades, sentimentos, metas e escolhas feitas pelas pessoas. Entretanto, a autora também aponta os limites dessa perspectiva, já que a ideia de que uma pessoa pode controlar as escolhas em sua vida pode ser exagerada e pouco realista.

Portanto, foram necessários dois deslocamentos para se chegar ao sujeito histórico da terapia ocupacional crítica. Na produção da terapia ocupacional brasileira, os trabalhos de Francisco (1988) e Pinto (1990) foram os primeiros a defender a concepção de sujeito histórico nas práticas de terapia ocupacional. Basesadas no materialismo histórico, as autoras apresentaram o homem como uma construção sócio-histórica que por seu trabalho busca produzir as condições materiais para sua existência. Mostraram também que o capitalismo se apropriou desse processo autocriador do homem e do "[...] corpo do trabalhador, esvazia[ndo]-o de sua humanidade, tomando-lhe o corpo produtivo" (Pinto, 1990, p. 73). Desde esta perspectiva, a ação crítica e transformadora da terapia ocupacional passou a ser aquela que compreende, aborda e engaja o sujeito na compreensão e transformação dos processos sociais, que naturalizaram a opressão e a falta de acesso aos direitos de cidadania.

A compreensão de sujeito sócio-histórico como aquele produzido por sua classe social, época e inserção nos modos de produção, estendeu-se às demais questões sociais para compreendê-las também como construções sócio-históricas. Vem daí as mudanças no entendimento crítico produzido pelas Ciências Sociais e Humanas, em relação a questões como: os processos saúde-doença; os processos educativos; a participação e organização social e política; as relações de tutela com as crianças, idosos, loucos e deficientes; as ações de controle de famílias e comunidades; as ações junto às populações não incorporadas pelo setor produtivo; as concepções de deficiência, sofrimento, “desvio”, crime e violência, para citar algumas.

Deste modo, mesmo que a produção brasileira da terapia ocupacional tenha posteriormente se afastado da discussão dos modelos filosóficos propostos por Francisco (1988) e Pinto (1990), a perspectiva sócio-histórica foi incorporada tanto na pesquisa como na produção de práticas emancipatórias na terapia ocupacional, via as diferentes vertentes incorporadas ao debate da área, com base em seu diálogo com a Saúde Coletiva e as Ciências Humanas e Sociais (Galheigo et al., 2018).

Por fim, as críticas à compreensão do sujeito do materialismo histórico – provenientes dos estudos feministas, culturais, da subjetividade e da decolonização e colonialidade do poder – tornaram visível o fato de que a classe social não era a única condição produtora de modos de vida, relações sociais, conflito, poder, desigualdade e discriminação na vida social. Estas perspectivas trouxeram elementos para que o sujeito
do contemporâneo pudesse ser compreendido em sua complexidade, diversidade e heterogeneidade. Portanto, deixou de ser possível se pensar nas questões sociais como assuntos históricos ou totalidades histórico-sociais com base em uma única lógica de existência (Quijano, 2010), seja esta a classe social, a identidade étnica ou religiosa, o gênero, a orientação sexual, a inserção na economia mundial, para citar algumas. Para Quijano (2010, p. 97-98), no contemporâneo:

[...] o que se pode chamar ‘sujeito’, não só coletivo, mas até mesmo individual, é sempre constituído por elementos heterogêneos e descontínuos, e que se transforma numa unidade só quando esses elementos se articulam em torno de eixo específico, sob condições concretas, em relação a necessidades concretas, e de modo transitório.

Tomando essas ideias como inspiração, afirmamos que a ação crítica e emancipatória da terapia ocupacional no Brasil contemporâneo deve considerar o sujeito individual e coletivo em sua complexidade, diversidade e heterogeneidade. Isto significa que um sujeito se constitui sob a colonialidade de poder, produtora de relações intersubjetivas e culturais no contexto do capitalismo colonial/moderno, marcadas por processos de exploração, discriminação, dominação e naturalização, com base em diferenças sociais, étnicas, geracionais, de gênero e de orientação sexual, bem como nas produzidas por dissonância e conflito com os padrões hegemônicos de normalidade, capacidade, produtividade e legalidade. As práticas da terapia ocupacional, em uma perspectiva crítica, hoje, a nosso ver, convocam à escuta, ao acolhimento, ao encontro dialógico, à articulação social e em rede, e à construção de projetos terapêuticos e de vida com aqueles que necessitam e/ou reivindicam cuidado, suporte, uma vida digna, participação social e acesso a direitos.

Vale destacar que a menção feita à complexidade e à diversidade tem a intenção de marcar que os processos vividos pelos sujeitos necessitam ser compreendidos em meio à conjuntura sócio-histórica, às contradições sociais das quais estes processos resultam e à singularidade da experiência vivida. Portanto, a diferença não pode ser abordada exclusivamente em sua particularidade, por exemplo, ser mulher ou ser jovem. Ao tomar a ideia de complexidade de Morin (2001, p. 38), como derivada do termo complexus, que significa “o que é tecido junto”, está se afirmando que o terapeuta ocupacional deve levar em consideração a singularidade dos sujeitos e suas condições de vida construídas sócio-históricamente e que se entrelaçam a aspectos sociais, étnicos, geracionais etc. Neste contexto é que a abordagem do cotidiano assume um destaque especial, já que é nele que tais condições e processos se materializam, produzindo a tessitura da vida de cada pessoa.

A construção teórica do termo cotidiano enquanto um conceito crítico para a terapia ocupacional implica em um diálogo com as Ciências Humanas e Sociais, no âmbito das quais este conceito se tornou importante para a compreensão da realidade social contemporânea. Importante começar pela ideia de que a Sociologia do Cotidiano considera seu objeto de estudo uma ferramenta-chave para a compreensão das relações sociais nas sociedades contemporâneas. Em sua visão, o cotidiano não pode ser dissociado do social e possibilita um caminho para o conhecimento (Pais, 2003, p. 31).
Com efeito, o quotidiano não pode ser caçado a laço quando cavalga diante de nós na exacta medida em que o quotidiano é o laço que nos permite “levantar a caça” no real social, dando nós de inteligibilidade ao social.

Essa imagem de que o cotidiano é recurso pelo qual entendemos as relações sociais vem associada a outra metáfora do autor que identifica a sociologia da vida cotidiana como uma lançadeira de tear que vai de um lado a outro, “[...] cerzindo no universo social as micro e as macroestruturas” (Pais, 2003, p. 114).

Assim, a compreensão do cotidiano nos convoca a um olhar aberto ao novo, com base em uma “lógica da descoberta” (Pais, 2003), que não parte de pré-concebidos ou pré-estabelecidos socialmente. Esse entendimento permite o aprofundamento:

[...] não só da complexidade da trama social, mas [de] novas dimensões tanto da injustiça quanto dos recursos da intersubjetividade para enfrentá-la (Martins, 2014, p. 173).

O cotidiano é um espaço-tempo no qual o sujeito, individual ou coletivo, de modo imediato e nem sempre consciente, acessa oportunidades e recursos, enfrenta adversidades e limites, toma decisões, adota mecanismos de resistência e inventa novos modos de ser, estar, viver e fazer. Na medida em que o cotidiano é vivido em vários contextos, poder-se-ia falar inclusivo em cotidianos que se vivem em diferentes espaços-tempo. Embora o tema não seja próprio a Boaventura de Souza Santos, destaca-se seu entendimento, de que a cotidianidade nas sociedades complexas é constituída de várias cotidianidades, organizadas em seis espaços-tempo, que se relacionam a formas distintas de poder: o espaço-tempo doméstico; o espaço-tempo da produção; o espaço-tempo da comunidade; o espaço estrutural do mercado; o espaço-tempo da cidadania; e o espaço-tempo mundial (para maior aprofundamento ver Santos, 2007, p. 61-62).

Os recursos intersubjetivos produzidos nos diferentes espaços-tempo para o enfrentamento das relações de poder na cotidianidade se articulam de modos particulares e são distintamente compreendidos pelos diferentes autores. Certeau (1994), por exemplo, atribui aos que detêm um lugar de poder e querer próprios, a proposição de estratégias para calcular ou manipular as relações de força na vida social. Identifica que, em contraste, “[...] a tática é a arte do fraco” (Certeau, 1994, p. 101), do que não tem lugar e ocupa o lugar do outro, portanto, de quem usa a astúcia e o olhar vigilante para criar surpresas no campo adversário. Goffman (2014), por sua vez, discorre sobre como, no processo interativo, as pessoas fazem uso de expressões, representações e manipulações para as mediações sociais na vida cotidiana.

Aprofundar a contribuição dos diversos autores e suas vertentes demandaria artigo à parte, motivo pelo qual algumas considerações gerais foram apresentadas, deixando-se para a seção seguinte a apresentação dos aportes teóricos de dois autores – Agnes Heller e Henri Lefebvre – que desenvolveram “os componentes essenciais de uma teoria da vida cotidiana” baseada na tradição marxista acumulada nas últimas décadas (Netto, 2000, p. 65).
5 Contribuições de Agnes Heller e Henri Lefebvre à Compreensão do Cotidiano: Inspirações para o Uso Crítico do Conceito na Terapia Ocupacional

Agnes Heller e Henri Lefebvre foram dois filósofos europeus de tradição marxista que, no contexto do pós-guerra, escreveram sobre o cotidiano com contribuições que, mesmo distintas, tornaram-se referência para os estudos sobre cotidiano em diferentes áreas do conhecimento no Brasil. Suas obras são relevantes por transformar um assunto, considerado “menor” nas Ciências Humanas e Sociais, em tema condutor para a compreensão da experiência humana.

5.1 Agnes Heller

Heller disse que só quem tem necessidades radicais pode querer e fazer a transformação da vida. Essas necessidades ganham sentido na falta de sentido da vida cotidiana. Só pode desejar o impossível aquele para quem a vida cotidiana se tornou insuportável, justamente porque essa vida já não pode ser manipulada (Martins, 1998, p. 6).

Agnes Heller foi uma filósofa nascida em 1929 e falecida em 2019 na Hungria. Morou em um gueto para judeus durante a invasão nazista da Hungria, escapou com sua mãe de ser enviada aos campos de exterminio, mas seu pai morreu em Auschwitz. Nos anos 1960, Heller foi integrante da Escola de Budapeste, criada por seguidores próximos de Georg Lukács, de quem foi aluna, assistente e colaboradora. Publicou seu estudo sobre cotidiano em 1970, sendo sua primeira obra traduzida para o português sob o título “O cotidiano e a história” (Heller, 2000). A perseguição política sofrida pelos membros da referida Escola ao fim dos anos 1970 levou Heller a se exiliar na Austrália, tendo mais tarde se mudado para os Estados Unidos da América, onde ministrou aulas de teoria política durante 25 anos. Retornou à Budapeste, onde continuou a escrever e dar conferências. Em sua atividade intelectual, dedicou-se às questões da ética e da vida social, com base no marxismo entendido por Lukács como ontologia do ser social.

Em entrevista à Csaba Polony, em 1997, Heller conta que seu interesse pela Ética e a História advém de haver vivido tanto sob o holocausto como sob o regime totalitário que a fez se questionar sobre como tais experiências podiam acontecer e sobre que espécie de mundo permitia que tais situações acontecessem. Sua fala remete a uma tomada de posição, uma aspiração por “redenção” frente à sua condição de sobrevivente:

Escrever sobre a filosofia da moral e a filosofia da história para mim, tornou-se uma maneira de pagar minha dívida como sobrevivente para as pessoas que não puderam sobreviver (Polony; Heller, 1997, s/p.).

A reflexão de Heller sobre o cotidiano busca situá-lo como a experiência humana a qual ninguém pode se abster de viver, se está vivo, não importando sua classe social, idade, gênero, etnia, inserção local, ou nacionalidade. O cotidiano atravessa assim a
condição humana, como a autora mesmo afirma, “O cotidiano é a vida de todo o homem” (Heller, 2000, p. 17); experiência que se revela enquanto narrativa histórica situada em um tempo e lugar. Assim, todas as sociedades a seu tempo e contexto produzem sua própria cotidianidade, mas também assimilam a experiência cotidiana passada: “A vida cotidiana não está ‘fora’ da história, mas no ‘centro’ do acontecer histórico” (Heller, 2000, p. 20).

Se não há vida humana sem cotidiano, este por sua vez é integral, único, irrepetível, singular, heterogêneo e hierárquico; características estas que nunca são idênticas mesmo ao longo de uma única existência. O cotidiano convoca a participação da totalidade da pessoa – “O cotidiano é a vida do homem inteiro” (Heller, 2000, p. 17). Tal experiência implica na integralidade do humano, sem cisões corpo-mente, afeto-razão, pois no cotidiano manifestam-se os modos de pensar, agir, fazer, criar; nele, o sujeito faz uso do conjunto de suas habilidades, suas crenças e modos de ser e existir. Portanto, a experiência cotidiana manifesta as marcas da singularidade de cada um.

O cotidiano engloba o conjunto dos fazeres humanos, heterogêneos em conteúdo e significação – “A significação na vida cotidiana, tal como seu conteúdo, não é apenas heterogênea, mas igualmente hierárquica” (Heller, 2000, p. 18). Portanto, o cotidiano de uma vida acontece do nascimento à morte; é atravessado e modificado de acordo com o tempo histórico, a cultura, a classe social, o gênero, a idade. Comporta o cuidado de si e dos outros, os afazeres da casa e da manutenção da vida, o trabalho e o ócio, o brincar e o lazer, o espaço-tempo da religião, e a participação social e política. Ao mesmo tempo, estas atividades variam de necessidade, importância e significação ao longo de um dia, e ao longo da vida, o que cria uma hierarquização dinâmica no cotidiano.

Agnes Heller em sua reflexão sobre a vida cotidiana traz a indissociabilidade indivíduo-coletivo. “O indivíduo é sempre, simultaneamente, ser particular e ser genérico” (Heller, 2000, p. 20). O ser particular se revela no modo como identifica, a princípio, as necessidades humanas como necessidades do eu, como a satisfação da fome, a manutenção da sobrevivência e a diminuição do sofrimento, por exemplo. Assim, o ser particular vive sua experiência ontológica como única e irrepetível. O ser genérico, por sua vez, manifesta-se nas atividades e criações que imprimem sua marca no mundo e nas vivências representativas do humano, como os sentimentos e as paixões. Assim, no cotidiano, a pessoa se encontra em relação, consciente e inconsciente, com as características de particularidade e genericidade de seus atos. Portanto, mesmo que a escolha por determinada atividade laboral, artística, científica, política ou de cuidado advenha de uma iniciativa e desejo individual, estas atividades não deixam de ser pertencentes ao gênero humano.

Para a filósofa, o indivíduo é também genérico na medida em que seus modos de vida expressam as relações sociais de seu tempo e sua busca constante por integração em coletivos – o humano-genérico é sempre representado pela comunidade pela qual passa (Heller, 2000, p. 21) – o que possibilita ao sujeito formar sua consciência do nós e reconfigurar uma consciência do eu.

É no contexto da díade particularidade-genericidade que se estabelece em uma relação de muda unidade vital no âmbito da vida cotidiana, que Heller (2000) coloca a relevância da ética. Para essa pensadora, na medida em que nascemos imersos na
Terapia ocupacional, cotidiano e a tessitura da vida: aportes teórico-conceituais para a construção de perspectivas críticas e emancipatórias

cotidiano, essas duas funções são exercidas de modo tácito e paralelo sem uma compreensão consciente dos conflitos entre si, sob o risco da particularidade

[...] submeter a si o humano-genérico e de colocar as necessidades e interesses da integração social em questão a serviço dos afetos, dos desejos e do egoísmo do indivíduo (Heller, 2000, p. 21).

A autora atribui a essa coexistência muda entre particularidade-genericidade, ao fato da “(...) vida cotidiana, de todas as esferas da realidade, [ser] aquela que mais se presta à alienação” (Heller, 2000, p. 21).

À ética, portanto, caberia o papel de intimar o indivíduo a submeter sua particularidade ao genérico, convertendo “[...] essa intimação em motivação interior” (Heller, 2000, p. 21). Assim, frente às várias escolhas a que o indivíduo é convocado fazer em sua vida cotidiana, a consciência [ética] do nós permite que a relação particularidade-genericidade deixe de ser muda para se assumir enquanto posicionamento e compromisso ético com o outro. Para tal, é necessário que o indivíduo se eleve acima da cotidianidade, já que na cotidianidade não é possível concentrar todas as energias em cada decisão (Heller, 2000, p. 25).

Segundo Heller (2000, p. 27), algumas atividades humanas demandariam uma “[...] superação dialética parcial ou total da particularidade, para a decolagem da cotidianidade e sua elevação ao humano-genérico”, processo que nomeia de homogeneização. Para a autora, a arte e a ciência seriam aquelas atividades que trazem objetivações mais duradouras desse processo. Entretanto, a homogeneização pode se aplicar a várias outras atividades de caráter humano-genérico e ocorre, em sua concepção, apenas quando três fatores estão presentes: (i) concentração de toda a atenção sobre uma única questão com suspensão de qualquer outra atividade simultânea; (ii) uso da inteira individualidade humana na realização dessa atividade; (iii) processo não arbitrário, mas fruto de escolha do indivíduo, cujo engajamento consciente e autônomo faz com que a “[...] particularidade individual se dissipe na atividade humano-genérica” (Heller, 2000, p. 27).

Heller entende que a cotidianidade tem uma estrutura própria com características que não se pode dispensar: “Não há vida cotidiana sem espontaneidade, pragmatismo, economicismo, analogia, precedentes, juízo provisório, ultrageneralização, mimese e entonação” (Heller 2000, p. 37). A espontaneidade é, a seu ver, a característica dominante a todas as demais. Afinal, mesmo que haja diferentes níveis de espontaneidade nas atividades humanas cotidianas, seria impossível se realizar tudo o que se faz diariamente se houvesse reflexão prévia a cada ato. Assim, a espontaneidade se manifesta como uma tendência fundamental na vida cotidiana, ainda que esta seja movida também por seus ritmos, repetições e regularidades.

As escolhas a serem tomadas, desde as mais simples, como a que horas sair de casa ou como atravessar a rua, são tomadas com base em probabilidades. No dia a dia, por falta de tempo, esse cálculo de possibilidades não teria como ser matemático, e resulta, portanto, de uma articulação imediata entre pensamento e ação, o que faz “[...] a atitude da vida cotidiana [ser] absolutamente pragmática” (Heller, 2000, p. 32). Ao mesmo tempo, nessa tomada de decisão de caráter pragmático, mantém-se o que é importante e faz sentido, aquilo que é imprescindível, o que aponta para o
**economicismo** da vida cotidiana. Outros recursos são também utilizados no modo com que fazemos as atividades cotidianas. Utilizamos as experiências anteriores como balizadoras, o que faz com que se lance mão dos *precedentes* e da *analogia*, com base na crença e na confiança de que darão novamente certo. Por vezes, é necessário se fazer uso de *juízos provisórios*, baseados na *ultrageneralização* do que se tem como tradição ou experiência pessoal. Assim, espera-se que a prática cotidiana confirme resultados anteriores, caso contrário, novos modos de fazer e viver precisam ser reinventados. Ainda, há, segundo Heller, duas outras características em torno das quais a vida cotidiana se estrutura. Uma é a *mimese*, característica humana essencial à aprendizagem e incorporação de hábitos e costumes, que se manifesta ao longo da vida em diferentes níveis e intensidades – “[...] *não há vida cotidiana sem imitação*” (Heller, 2000, p. 36). A outra é a *entonação*, isto é, o modo com que cada pessoa “dá o tom” a sua vida, o que produz as marcas de singularidade ao cotidiano de cada um.

Heller (2000), por fim, retoma a discussão da superação da alienação da vida cotidiana, fazendo uso das palavras de Goethe “condução da vida” para introduzir a possibilidade de se construir uma humanização da vida cotidiana. A seu ver, não se trata de abolir a estrutura espontânea da vida cotidiana para torná-la menos alienada, mas sim de se desemudecer a relação indivíduo-sociedade. Assim, convida à produção de novos modos de condução da vida, que possibilitem uma nova “ordenação” da cotidianidade, com base em uma relação consciente, provocadora, com engajamento ético de modo a “[...] transform[ar] a própria ordenação da cotidianidade numa ação moral e política” (Heller, 2000, p. 41).

**5.2 Henri Lefebvre**

A crítica da vida cotidiana – crítica e positiva – deve abrir o caminho para um verdadeiro humanismo, um humanismo que acredita no humano, porque o conhece (Lefebvre, 2014, p. 272, tradução livre).

Henri Lefebvre foi um autor nascido em 1901 e falecido em 1991, na França. Originalmente filósofo, tornou-se sociólogo após sua experiência pessoal e política. Ativista da Educação, Lefebvre ofereceu cursos para operários em fábricas, foi membro do Partido Comunista Francês (PCF) e da resistência francesa. No contexto da resistência, foi designado a operar no trânsito de espanhóis e franceses na fronteira em sua aldeia nos Pirineus. Para camuflar sua atuação, usou sua condição de estudioso, realizando pesquisa histórica sobre a resistência camponesa; no pós-guerra, fez doutorado em sociologia rural (Martins, 2019). Foi expulso do PCF por suas posições frente aos levantes na Tchecoslováquia e Hungria, experiência que, segundo Martins (2019), colaborou para que o cientista social se libertasse.

A relevância de seus estudos pode ser atribuída à sua amplitude e densidade, em particular para o desenvolvimento da sociologia e da geografia, tendo produzido uma obra extensa de cerca de 70 livros. Foi um autor conhecido pela busca do retorno à dialética e a Marx, opondo-se criticamente ao marxismo ortodoxo e idealizado, que a seu ver se afastava das ideias originais de Marx. Segundo Martins (2019), a obra de Lefebvre foi importante por mostrar que nos temas da margem estão as grandes possibilidades teóricas da sociologia.
Lefebvre foi um importante estudioso do cotidiano, tendo produzido uma trilogia sobre o assunto: *Critique de la vie quotidienne* (Lefebvre, 1947), *Critique de la vie quotidienne II, Fondements d’une sociologie de la quotidienneté* (Lefebvre, 1961) e *Critique de la vie quotidienne, III – De la modernité au modernisme (Pour une métaphilosophie du quotidien)* (Lefebvre, 1981). A trilogia foi publicada em volume único em inglês, sendo uma das referências usadas neste artigo (Lefebvre, 2014). Lefebvre também escreveu *La vie quotidienne dans le monde moderne* (Lefebvre, 1968), que foi traduzido para o português (Lefebvre, 1991).

Uma das contribuições de Lefebvre ao tema do cotidiano foi a de “convencer os marxistas, [...] do valor da análise das superestruturas baseadas no conceito de alienação; [...] demonstrar aos filósofos de que o trivial não deve ser isento de escrutínio filosófico” (Trebitsch, 2014, p. 21, tradução livre). A reflexão de Lefebvre sobre o cotidiano foi construída ao longo de décadas; iniciou-se no período imediato ao pós-guerra, ainda antes do início da guerra fria, e acompanhou a construção da sociedade de consumo, chegando aos anos 1980, na era da sociedade pós-industrial e da sociedade da informação. Portanto, ao se pretender falar de suas contribuições em poucos parágrafos, além de tarefa inexequível, corre-se o risco de uma redução inaceitável de sua obra, marcada por uma crítica aguçada da realidade social, tomada em sua singularidade em cada um dos momentos históricos, associada à apreciação literária e artística, em uma construção narrativa e reflexiva extraordinária.

No prefácio à segunda edição de seu primeiro livro, publicada em 1958, isto é, uma década depois da publicação original, Lefebvre discute a fria recepção da obra por marxistas e filósofos, mas aponta o crescente interesse pelo tema por “[...] historiadores, etnógrafos, filósofos, sociólogos, bem como escritores, artistas e, jornalistas” (Lefebvre, 2014, p. 29, tradução livre). Neste prefácio, o autor apresenta, dentre as mudanças sociais ocorridas no período entre 1947 e 1958, o crescimento da produção de artefatos de consumo para as residências, como cozinhas, fogões e televisores, que marcam o surgimento de outro tipo de necessidade social. Aponta as contradições criadas por esses avanços tecnológicos que vieram a produzir conflitos para a vida social concreta, marcada tanto por um desenvolvimento acentuado na aplicação de técnicas da vida cotidiana como por uma significativa degradação da vida social de grande parte da sociedade (Lefebvre, 2014).

No referido prefácio, ao tecer considerações sobre o cotidiano no âmbito do teatro, cinema e literatura, dedica-se a analisar o personagem vagabundo de Charles Chaplin, que seria, a seu ver, a imagem reversa do sujeito produzido pela sociedade burguesa. Para Lefebvre, a crítica da vida cotidiana assume a forma deste par dialectico: os tempos modernos, e todos os artefatos que produz, e o vagabundo – “[...] pobre, mas cheio de vitalidade – fraco, mas forte – impiedosamente buscando dinheiro, trabalho, prestígio, mas também amor e felicidade” (Lefebvre, 2014, p. 35, tradução livre).

Assim, Lefebvre, em seu primeiro livro, busca o global e a totalidade, vindo a contrastar a miséria do cotidiano com a grandeza do cotidiano. A primeira marcada pelos

[...] trabalhos enfadonhos, as humilhações [...] As relações elementares com as coisas, com as necessidades e o dinheiro [...]. É o reino do número. [...] O repetitivo. A sobrevivência da penúria e o prolongamento da escassez (Lefebvre, 1991, p. 42).

Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional, (28(1), 5-25, 2020)
A segunda remete à

[...] vida que se perpetua [...] a apropriação do corpo, do espaço e do tempo e do desejo. A moradia, a casa. O drama que não se pode reduzir ao número. [...]. A criação de um mundo prático-sensível. [...] a possibilidade de fazer da vida cotidiana uma obra (Lefebvre, 1991, p. 42-43).

Para Lefebvre (1991, p. 35), o cotidiano não é apenas um conceito, mas um “[...] fio condutor para conhecer a ‘sociedade’, situando o cotidiano no global: o Estado, a técnica, a tecnicidade, a cultura (ou a decomposição da cultura)”. A crítica à vida cotidiana permite assim aprender as criações humanas, as ideias, os valores e sentimentos, enfim, a própria sociedade.

Para entender isto de modo apropriado, nós necessitamos pensar sobre o que está acontecendo ao nosso redor, dentro de nós, a cada e todo dia. Nós vivemos em termos familiares com pessoas na nossa própria família, no nosso próprio meio, nossa própria classe. Essa constante impressão de familiaridade nos faz pensar que os conhecemos, que seus contornos são definidos para nós, e que eles se vêem pelos mesmos contornos. Nós os definimos (Pedro é isso, Paulo é aquilo) e nós os julgamos. Nós podemos nos identificar com eles ou os excluir de nosso mundo. Mas, o familiar não é necessariamente o conhecido. Como Hegel disse em uma frase que poderia servir de epígrafe para a Crítica da Vida Cotidiana, ‘O que é conhecido não é reconhecido’ (Lefebvre, 2014, p. 36-37, tradução livre).

Assim, para Lefebvre (2014), para se compreender a alienação na vida cotidiana, é necessário um distanciamento crítico do cotidiano, condição fundamental para o estabelecimento de novas relações sociais.

[...] E o cotidiano não é a soma das insignificâncias?

Semelhante visão supõe uma atitude crítica. É impossível captar o conceito como tal, aceitando-o, ‘vivendo-o’ passivamente sem fazer um recuo. Distância crítica, contestação e comparação caminham lado a lado (Lefebvre, 1991, p. 33-34).

Indo além, o autor afirma que os modos de troca e de divisão social do trabalho no capitalismo implicam em que não haja relação social sem alguma alienação. Nas relações sociais, o senso de familiaridade descrito anteriormente não é uma ilusão, ele é real. Entretanto, a familiaridade produz, a seu ver, um jogo de máscaras pelas quais reconhecemos os outros e somos por eles reconhecidos. Assim,

[...] um papel [social] não é um papel. É vida social, uma parte inerente dela. O que é falsificado em um sentido é o que é o essencial, o mais precioso, o humano, em outro. E o que é mais irrisório é o que é mais necessário (Lefebvre, 2014, p. 37, tradução livre).

Essa compreensão é admiravelmente apresentada em sua descrição do garçom:
O garçom no café não está representando ser um garçom. Ele é um. Ele não é um. Ele não está vendendo seu tempo (para trabalhar e viver) na troca pelo papel de um garçom. E é precisamente quando ele está representando ser um garçom (e um virtuoso na arte de carregar bandejas sobrecarregadas etc.) na frente dos clientes que ele não é mais um garçom; por representar a si mesmo, ele transcende a si mesmo. Além disso, é certo que um trabalhador não representa como um trabalhador e não poderia transcender a si mesmo se o fizesse. Ele é completamente “aquilo”, e ao mesmo tempo é completamente outro e qualquer outra coisa: chefe de família, ou um indivíduo ansioso por aproveitar a vida, ou um militante revolucionário. Para ele e dentro dele, nos seus melhores momentos e nos seus piores, as contradições e alienações estão no seu máximo (Lefebvre, 2014, p. 37, tradução livre).

Lefebvre, ao discutir o exercício dos papéis sociais cotidianos no âmbito das contradições e alienações vividas pelos sujeitos ao produzirem e usufruírem (d)o mundo da vida, como na discussão sobre o papel do garçom, problematiza de modo contundente as perspectivas funcionalistas que compreendem o papel social como unívoco, consensual, neutro e garantidor da integração social. Pode assim servir à crítica ao papel do técnico que assume que é sua competência e responsabilidade a promoção da adesão, conformidade e melhor desempenho dos indivíduos a seus papéis como se estes fossem inerentemente desejáveis e não conflitivos.

Os estudos de Lefebvre abordam o cotidiano com base em três ângulos principais: a busca do real e da realidade (em seus aspectos práticos e abstratos); a compreensão da vida cotidiana com base na totalidade e na possibilidade da transformação social. Para ele: “É na vida cotidiana que se situa [...] o centro real da práxis” (Lefebvre, 1991, p. 38).

Lefebvre (2014) argumenta que o conhecimento do cotidiano permite alcançar o que está nele oculto. Por exemplo, ao analisar um simples evento, tal como uma mulher comprando um quilo de açúcar, mostra como não basta descrevê-lo, mas há que se mostrar todas as suas facetas e esferas que se desdobram do evento original, isto é, a história da mulher, seus gostos, hábitos, classe social, seu uso do dinheiro bem como o estado do mercado, aspectos sociais daquele país etc. Assim, conclui:

Então agora eu vejo os simples eventos da vida cotidiana como tendo dois lados: um evento ao acaso pequeno e individual – e ao mesmo tempo um evento social infinitamente complexo, mais rico do que as muitas ‘essências’ que ele contém dentro de si. O fenômeno social pode ser definido como a unidade desses dois lados. Ele serve para explicar porque a complexidade infinita desses eventos está oculta, e para descobrir porque – e isto é também parte da realidade – eles parecem ser tão humildes (Lefebvre, 2014, p. 79, tradução livre).

Lefebvre propõe que pesquisas sobre a crítica da vida cotidiana versem sobre como nós vivemos. Poderiam contemplar: a busca de reconstruir a vida real de pessoas, comparando-a com as interpretações que as pessoas dela fazem; o exame da vida cotidiana nos menores detalhes possíveis, por exemplo, como um dia na vida de
alguém, por mais trivial que este fosse; a análise crítica dessa vida no contexto mais amplo da sociedade ou país em que habita; e a reflexão sobre como a crítica da vida cotidiana pode contribuir para a arte de viver, que implica um movimento para o fim da alienação (Ver Lefebvre, 2014, p. 216-220). Consequentemente, o autor sugere, no segundo livro da trilogia, categorias específicas que podem contribuir para investigações concretas sobre a vida cotidiana, dentre as quais: a totalidade, a ideia de realidade, a alienação, o que foi e é vivido, a espontaneidade, a ideia de ambiguidade, o espaço e o tempo social e a práxis (Ver Lefebvre, 2014, p. 474-569). A compreensão de Lefebvre sobre o cotidiano, como tais categorias ensejam, admite o acaso e a intencionalidade, a concretude da vida e a alienação, a repetição e a transformação. Afinal, como aponta Martins (1998), a reprodução do capital também é a reprodução das contradições sociais. Portanto, da rotina e da repetição pode brotar a criação, o novo, “o tempo do possível”.

6 Considerações Finais

Este artigo se propôs a retomar o cotidiano, enquanto um conceito crítico, para a terapia ocupacional, aprofundando leituras realizadas anteriormente por terapeutas ocupacionais brasileiros. Com esta finalidade, foi necessário discutir as bases teóricas que fundamentam as perspectivas críticas de terapia ocupacional de modo a problematizar o lugar do cotidiano e do sujeito do contemporâneo. A seguir, apresentou-se, de modo breve, alguns diálogos possíveis sobre o uso crítico do conceito pela terapia ocupacional e pelas ciências humanas e sociais, com vistas à compreensão da realidade social contemporânea. Por fim, explorou as contribuições das obras de Agnes Heller e Henri Lefebvre sobre o conceito, dentro do que seria possível no âmbito de um artigo. Espera-se que estas contribuições venham a apresentar vertentes a serem exploradas por terapeutas ocupacionais em suas reflexões sobre a prática profissional e em suas pesquisas.

Dentre as limitações do trabalho, é importante ressaltar seu caráter teórico e a impossibilidade logística de se fazer, em único artigo, aprofundamentos sobre fundamentos histórico-filosóficos e discussões teórico-conceituais, associados com a discussão da prática cotidiana profissional. A motivação do trabalho teórico, a nosso ver, não é a de prescrever a prática. Acreditamos que é no encontro com o outro, sujeito singular e coletivo, que a ação profissional é constituída; que o caminho cotidiano a ser feito é criado, construído e “caminhado” em uma aproximação de afetos, delicadezas e diálogos. O trabalho teórico também não substitui a riqueza da experiência do outro, que, por meio de sua narrativa, revela a tessitura de uma vida. Entretanto, defendemos que as discussões teórico-conceituais são fundamentais para a elaboração de ideias, a afirmação de valores, a compreensão de contradições, a ressignificação e renovação da prática profissional e a sustentação da pesquisa em terapia ocupacional.

Referências

Almeida, M. (1993). A pessoa portadora de deficiência física em seu cotidiano: reflexo e reflexões sobre a reabilitação (Dissertação de mestrado). Universidade de São Paulo, São Paulo.
Andrade, C. D. (2012). *Sentimento do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras.

Andrade, C. D. (2013). *Alguma poesia*. São Paulo: Companhia das Letras.

Carvalho, J. M. (2009). *O cotidiano escolar como comunidade de afetos*. Petrópolis: DP et Alli.

Castro, E., Lima, E., & Brunello, M. I. (2001). Atividades humanas e terapia ocupacional. In M. Carlo & C. Bartalotti (Eds.), *Terapia ocupacional no Brasil: fundamentos e perspectivas* (pp. 41-59). São Paulo: Plexus.

Castro, M. (1991). Ciranda do medo: controle e dominação no cotidiano da prisão. *Revista USP*, (9), 57-64.

Certeau, M. (1994). *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. São Paulo: Cortez.

Coutinho, A. M. S. (2017). Os bebês no cotidiano da creche: ação social, corpo e experiência. *Em Aberto*, 30(100), 105-114. Recuperado em 20 de junho de 2019, de http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/3313/pdf

Demo, P. (2019). *Metodologia do conhecimento científico*. São Paulo: Atlas.

Escorel, S. (1999). *Vidas ao leu*. Rio de Janeiro: Fiocruz.

Francisco, B. (1988). *Terapia ocupacional*. Campinas: Papirus.

Galheigo, S. M. (1988). *Terapia ocupacional: a produção do conhecimento e o cotidiano da prática sob o poder disciplinar - em busca de um depoimento coletivo* (Dissertação de mestrado). Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

Galheigo, S. M. (2003). O cotidiano na terapia ocupacional: cultura, subjetividade e contexto histórico-social. *Revista de Terapia Ocupacional da USP*, 14(3), 104-109.

Galheigo, S. M. (2012). Perspectiva crítica e complexa de terapia ocupacional: atividade, cotidiano, diversidade, justiça social e compromisso ético-político. *Revista Tog*, 5, 176-187.

Galheigo, S. M., Braga, C. P., Arthur, M. A., & Matsuo, C. M. (2018). Produção de conhecimento, perspectivas e referências teórico-práticas na terapia ocupacional brasileira: marcos e tendências em uma linha do tempo. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 26(4), 723-738. http://dx.doi.org/10.4322/2526-8910.ctoAO1773.

Goffman, E. (2014). *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes.

Hagedorn, R. (1999). *Fundamentos da prática em terapia ocupacional*. São Paulo: Dynamis Editorial.

Heller, A. (1987). *Everyday life*. London: Routledge and Kegan Paul.

Heller, A. (2000). *O cotidiano e a história*. São Paulo: Paz e Terra.

Holanda, F. B. (1971). Cotidiano. In F. B. Holanda, *Construção*. São Paulo: Phonogram/Philips. Disco sonoro, segunda faixa.

Lefebvre, H. (1947). *Critique de la vie quotidienne*. Paris: Grasset.

Lefebvre, H. (1961). *Critique de la vie quotidienne II, Fondements d’une sociologie de la quotidienneté*. Paris: Lárche.

Lefebvre, H. (1968). *La vie quotidienne dans le monde moderne*. Paris: Gallimard.

Lefebvre, H. (1981). *Critique de la vie quotidienne, III De la modernité au modernisme* (Pour une métaphilosophie du quotidien). Paris: Lárche.

Lefebvre, H. (1991). *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática.

Lefebvre, H. (2014). *Critique of everyday life: the one-volume edition*. Londres: Verso.

Lima, E. M. F. A., Okuma, D. G., & Pastore, M. N. (2013). Atividade, ação, fazer e ocupação: a discussão dos termos na terapia ocupacional brasileira. *Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar*, 21(2), 243-254. http://dx.doi.org/10.4322/cto.2013.026.

Machado, M. C. (1991). Rumo à ciência da atividade humana. *Revista de Terapia Ocupacional da USP*, 2(2-3), 60-65.
Magalhães, L. V., & Galheigo, S. M. (2010). Enabling international communication among Brazilian occupational therapists: seeking consensus on occupational terminology. Occupational Therapy International, 17, 113-124.

Martins, J. S. (1998). O senso comum e a vida cotidiana. Tempo Social, 10(1), 1-8.

Martins, J. S. (2014). Uma sociologia da vida cotidiana: ensaios na perspectiva de Florestan Fernandes, de Wright Mills e de Henri Lefebvre. São Paulo: Contexto.

Martins, J. S. (2019). Vinte anos sem Henri Lefebvre realizado no 35º Encontro Anual da Anpocs - 2011. Recuperado em 20 de junho de 2019, de https://www.youtube.com/watch?v=nQi7ecekwTI

Matsukura, T., & Salles, M. M. (2016). Cotidiano, atividade e ocupação. São Carlos: EdUFSCar.

Medeiros, M. H. R. (2003). Terapia ocupacional: um enfoque epistemológico e social. São Paulo: Hucitec.

Minayo, M. C. (2014). O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec.

Morin, E. (2001). Os sete saberes necessários à educação no futuro. São Paulo: UNESCO.

Nascimento, B. A. (1990). O mito da atividade terapêutica. Revista de Terapia Ocupacional da USP, 1(1), 11-21.

Netto, J. P. (2000). Para a crítica da vida cotidiana. In M. C. Carvalho & J. P. Netto (Eds.), Cotidiano: consciência e crítica (pp. 64-93). São Paulo: Cortez.

Pais, J. M. (2003). Vida cotidiana: enigmas e revelações. São Paulo: Cortez.

Pinto, J. M. (1990). As correntes metodológicas em terapia ocupacional no Estado de São Paulo (1970-1985) (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

Polony, C., & Heller, A. (1997). The essence is good but all the appearance is evil: an interview with Agnes Heller. Left Curve, (22). Recuperado em 29 de junho de 2019, de https://web.archive.org/web/20051215125754/http://leftcurve.org/LC22WebPages/heller.html

Quijano, A. (2010). Colonialidade do poder e classificação social. In B. S. Santos & M. P. Meneses (Eds.), Epistemologias do sul (pp.73-118). São Paulo: Cortez.

Salles, M. M., & Matsukura, T. S. (2013). Estudo de revisão sistemática sobre o uso do conceito de cotidiano no campo da terapia ocupacional no Brasil. Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar, 21(2), 265-273. http://dx.doi.org/10.4322/cto.2013.028.

Santos, B. S. (2007). Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social. São Paulo: Boitempo.

Santos, B. S. (2011). A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez.

Sato, L. (1995). A representação social do trabalho penoso. In M. Spink (Ed.), O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social (pp. 188-211). São Paulo: Brasiliense.

Simo Algado, S., Guajardo Cordoba, A., Oliver, F. C., Galheigo, S. M., & Garcia-Ruiz, S. (2016). Terapias ocupacionales desde el Sur. Santiago de Chile: Editorial Universidad de Santiago de Chile.

Simonato, M. P., & Mitre, R. M. A. (2017). Sutilezas e tessituras do ambiente hospitalar: o cotidiano de uma enfermaria pediátrica de média e alta. Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional, 25(2), 245-254. http://dx.doi.org/10.4322/0104-4931.cto000841.

Toyoda, C. Y., & Akashi, L. T. (1995). Atividade: conceito e utilização pelos terapeutas ocupacionais-docentes do Estado de SP. Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar, 4(1-2), 26-35.

Trebitsch, M. (2014). Preface. In H. Lefebvre, Critique of everyday life: the one-volume edition. Londres: Verso.

Vasconcelos, E. M. (2002). Complexidade e pesquisa interdisciplinar: epistemologia e metodologia operativa. Petrópolis: Vozes.

Autor para correspondência
Sandra Maria Galheigo
e-mail: sandramg@usp.br